

Copia. Dilava acta da quarta sessão do jury do anno de mil novecentos e trése. No primeiro dia do mes de Dezembro de mil novecentos e trése, nesta cidade de Piracicaba e sala das sessões do jury, presentes o Juiz de Direito da comarca Doutor Rafael Marques Cautiño, o Promotor Público Doutor José Ferreira da Silva e jurados, comungo primeiro escrivão do crime, servindo no impedimento do escrivão do jury, pelo Doutor Juiz de Direito foi dito, depois de haver submetido a julgamento o processo entre partes como autora a justiça e como réis Antônio Joaquim de Moraes e Benjamim de Carvalho, que ia submeter a julgamento o processo em que é réi Benedicto Diuiiz. Em escrivão fiz a chamada das partes e testemunhas. Dados os pregões pelo porteiro do jury veio a presença do tribunal o mesmo réi Benedicto Diuiiz, acompanhado de seu curador e advogado Doutor José Tufaúlui, os quais tomaram os seus lugares, deixando as testemunhas de serem recolhidas, por não haverem comparecido. Em sequida o Doutor Juiz de Direito consultou o Doutor Promotor Público e o curador e defensor do réi se aprovavam o conselho de sentença que acabava de funcionar e de julgar o processo dos réis Antônio Joaquim de Moraes e Benjamim de Carvalho para julgar a presente causa, sendo pelas partes respondido que aprovavam dito conselho, o qual se comunica aos juizados Cherubim Feberiano da Costa, José de A-

Aquiar Moraes, Sebastião Terraz de Barros, Antônio José de Camargo Rocha, Antônio José, diz-se, Antônio Henrique Terraz de Camargo, Firmino Dias de Almeida, Joaquim Terraz de Campos, Augusto Jerônimo Terraz, Carlos de Paula Reitê, Manoel Alves Rodrigues, Ewaldes José Liborio e José Machado de Sant'Anna.

Approved o conselho de sentença, a elle o Juiz de Direito deferiu o compromisso legal.

Deferido o compromisso acima mencionado, pelo Doutor Juiz de Direito foi dito que não tendo comparecido ao tribunal nenhuma das testemunhas do processo, consultava o Promotor Público, ao curador e defensor do réu e o conselho de sentença se dispensavam para o julgamento da causa o comparecimento das testemunhas e sendo respondido pela afirmativa, dito Juiz passou a interrogar o réu. Fim o interrogatório, em escrivanã fiz a leitura de todo o processo, da formação da culpa e das últimas respostas do réu. Feita a leitura supra, transmittido o processo e dada a palavra ao Dr. Promotor Público, este produziu a acusação e terminou pedindo justiça. Transmittido o processo e dada a palavra ao curador e defensor do réu, este produziu a defesa e terminou pedindo a sua absolvição. Transmittido o processo e dada a palavra ao Doutor Promotor Público, este desistiu da réplica, pelo que o Doutor Juiz de Direito consultou o juri de sentença se estava suficientemente esclarecido para julgar a causa e como este se pronunciasse pela affirma-

affirmativa, dito Juiz escreveu as questões de facto propostas ao jury de sentença, leu-as e entregou-as com o processo ao presidente desse. Lidas as questões de facto e entregues com o processo ao presidente do jury de sentença, este retirou-se a sala secreta das conferências, acompanhado pelos dois officiais de justiça António Francisco Teixeira e Joaquim Rodrigues de Castro, afim de não consentirem qualquer comunicação do jury com extralhos. Recolhido o jury de sentença a sala secreta, ali esteve até que batendo a porta e sendo esta aberta por ordem do Doutor Juiz de Direito, voltou a sala publica acompanhado pelos ditos officiais onde, dando estes sua fé e apresentando certidão da incommunicabilidade do jury, o presidente leu as questões de facto propostas e as respostas do jury; e o Juiz de Direito recebeu-as com o processo, escreveu e leu a sentença do Réor seguinte: De conformidade com as decisões do jury absolvo o réo Bendicto Ruiiz da acusação que lhe foi imputada e mando se lhe dé baixa na culpa, expedindo-se mandado para ser posto em liberdade. Cuslás pela Municipalidade de Rio das Pedras. Sala do jury em Piracicaba, 1º de Dezembro de 1913. Rafael Marques Cantinho. Publicada a sentença em presença das partes, deu o Doutor Juiz de Direito por terminado o julgamento deste processo e declarou que ia submeter a jul-

julgamento o processo em que é réo Rodrigo Alves Roqueira, acusado como inciso no artigo 294º do Código Penal. Em escrivanaria fiz a chamada das partes e testemunhas. Dados os pregões pelo porteiro do júri veio a presença do tribunal o mesmo réo Rodrigo Alves Roqueira, acompanhado de seu advogado Doutor José Tufautim, os quais tomaram os seus lugares, sendo as testemunhas recolhidas a uma sala separada da do tribunal, d'onde não podiam ouvir os debates nem os depoimentos uns das outras. Em sequida o Doutor Juiz de Direito consultou o Doutor Promotor Público e o defensor do réo, se approvavam para julgar a presente causa, e mesmo conselho de sentença que acaba de julgar o processo do réo Benedito Diui, sendo pelas partes respondido que approvavam dito conselho, o qual se compunha dos jurados Cénerobim Ferreira da Costa, Antônio José de Camargo, Antônio Henrique Ferraz de Camargo, Joaquim Ferraz de Camargo, Manoel Alves Rodrigues, José Machado de Sant'Anna, José de Aguiar Moraes, Augusto Jerônimo Ferraz, Enclydes José Piborio, Sebastião Ferraz de Campos, Firmino Dias de Almeida e Carlos de Faria Leite. Approvado o conselho de sentença a elle o Juiz Deferiu, digo deferiu o compromisso legal. Em sequida pelo Doutor Juiz de Direito foi di-

dito que não tendo comparecido ao tribunal a testemunha Lafayette Leocácia, consultava o Doutor Promotor Público, o defensor do réu e o conselho de sentença, se concordavam que se prosseguisse no julgamento da causa, não obstante a ausência da referida testemunha, e sendo pelas partes e conselho de sentença respondido afirmativamente, passou o Doutor Juiz de Direito a interrogar o réu. Fim o interrogatório em escrivanão fiz a leitura de todo o processo, da formulação da culpa e das últimas respostas do réu.

Feita a leitura supra, transmittido o processo e dada a palavra ao Doutor Promotor Público, este produziu a acusação, pedindo a condenação do réu de acordo com o libello. Em seguida veio a sala pública a testemunha Manuel Ferraz Setto, que prestou o seu depoimento, sendo inquirida pelas partes, que dispensaram os depoimentos das demais testemunhas. Transmittido o processo e dada a palavra ao defensor do réu, este deduziu a defesa e terminou pedindo a sua absolvição. Transmittido o processo e dada a palavra ao Doutor Promotor Público, este desistiu da replica, pelo que o Doutor Juiz de Direito consultou o conselho de sentença se estava bem esclarecido para julgar a causa e como este se pro-

pronunciasse pela afirmativa, dito juiz escreveram as questões de facto propostas ao jury de sentença, leu-as e entregou-as com o processo ao presidente deste. Lidas as questões de facto e entregues com o processo ao presidente do jury de sentença, este retirou-se a sala secretaria das conferências, em cuja porta pôstaram-se por ordem do juiz de Direito, os dois officiaes de justica Antônio Francisco Feijé na e Joaquim Rodrigues de Castro, que haviam acompanhado os referidos juizes, afim de evitar qualquer comunicação. Recolhido o jury de sentença a sala secretaria, ali esteve até que bateu a porta e seu está aberta por ordem do Doutor juiz de Direito, voltou a sala publica acompanhado pelos dois mencionados officiaes onde, dando-lhes sua fé e apresentando certidão da incommunicabilidade do jury, o presidente leu as questões de facto propostas e as respostas do jury, e o juiz de Direito recebendo-as com o processo, escreveram e leu a sentença do theor seguinte: De conformidade com as decisões do jury absolve o réo Rodrigo Alves Zogreira da acusação que lhe foi intentada, mandando se lhe dé baixa na culpa, e que em seu favor se pague alvará afim de ser solto. Encerradas pela municipalidade. Sala do jury em Piraci-

Giracaba, 1º de Dezembro de 1913. Rafael Marques Cautinho. Publicada a sentença em presença das partes, deu o Doutor Juiz de Direito por terminado o julgamento deste processo, e declarou que não haveria mais processos preparados para serem julgados, dava por encerrada a presente sessão do jury. Do que, para constar, faço constar esta acta, que assinam o Juiz de Direito e o Promotor Público. Eu, Eloy Febeiano da Costa, primeiro escrivão do crime, servindo no impedimento do escrivão do jury, o escrevi. Rafael Marques Cautinho. José Ferreira da Silva. Fazia mais. Eu, Eloy Febeiano da Costa, primeiro escrivão do crime, servindo no impedimento do escrivão do jury, a subscrevi e assinei.
Eloy Febeiano da Costa

Advogado
- Lut. P. 16.510